

A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1939 – 1945) E A GEOGRAFIA: A INFLUÊNCIA DA FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO NA POLÍTICA EXTERNA

Caio Cursini ¹

RESUMO

A posição brasileira durante a Segunda Guerra Mundial é um tema recorrente nas relações internacionais, mas pouco abordado pela geografia. Este artigo foi construído buscando compreender a política externa brasileira a partir de alguns elementos da formação do território entre o fim da década de 1930 e 1945, como o comércio exterior, a urbanização e a estrutura fundiária no Brasil. Para realizar a análise, foram examinadas correspondências entre os atores da diplomacia brasileira e coletados dados disponíveis nos anuários estatísticos do IBGE. Identificou-se que a dependência agroexportadora e as desigualdades regionais possuíam vínculos com o direcionamento da política externa, concluindo-se que a formação territorial brasileira do período contribui para a compreensão do direcionamento diplomático do país.

PALAVRAS-CHAVE: geopolítica; diplomacia; território; dependência.

THE SECOND WORLD WAR (1939 – 1945) AND GEOGRAPHY: THE INFLUENCE OF THE FORMATION OF THE BRAZILIAN TERRITORY ON FOREIGN POLICY

ABSTRACT

The Brazilian position during the Second World War is a recurring theme in international relations but little addressed by geography. This article elaborated on seeking to understand Brazilian foreign policy based on some elements of the formation of the territory between the end of the 1930s and 1945, such as foreign trade, urbanization, and agrarian structure in Brazil. To carry out the analysis correspondence between actors in Brazilian diplomacy was examined and data available in the IBGE statistical yearbooks was collected. It was identified that agro-export dependence and regional inequalities had links with the direction of foreign policy, concluding that the Brazilian territorial formation of the period contributed to the understanding of the country's diplomatic direction.

KEYWORDS: geopolitics; diplomacy; territory; dependency.

LA SECONDA GUERRA MONDIALE (1935 – 1945) E LA GEOGRAFIA: LA INFLUENZA DELLA FORMAZIONE TERRITORIALE BRASILIANA NELLA POLITICA ESTERA

RESUMEN

La posizione del governo brasiliano durante la Seconda Guerra è un tema ricorrente nelle relazioni internazionali, ma poco considerato per la geografia. Questo articolo è stato elaborato cercando comprendere la politica estera brasiliana partendo di alcuni elementi della formazione del territorio fra gli anni 1930 e 1945, ad esempio, il commercio estero, la urbanizzazione e la struttura agraria del Brasile. Per svolgere questa ricerca sono stati analizzati delle corrispondenze tra gli attori della diplomazia brasiliana ed raccolti dati disponibili nei riassunti

¹ Doutor em geografia humana pela Universidade de São Paulo (USP). Email: caio_cursini@hotmail.com

statistici annuali del IBGE. Si è identificato che la dipendenza agro-esportatrice ed le disuguaglianze regionali avevano vincoli con la direzione della politica estera, concludendo che la formazione territoriale brasiliana del periodo ha contribuito per la comprensione delle direttive diplomatici dello stato.

PAROLE CHIAVE: geopolítica; diplomazia; território; dipendenza.

INTRODUÇÃO

Embora o termo “geopolítica” esteja recorrentemente no cotidiano brasileiro, é raro que a palavra venha acompanhada de uma caracterização sobre o que é uma análise geopolítica de fato, ou que se atente a critérios geopolíticos. Os questionamentos sobre os descaminhos da geopolítica nos leva a longos debates, como os já apresentados em Castro (2021), Costa (1992) e Miyamoto (1995; 1981), citando apenas alguns autores. Esgotar essa discussão, além de ser demasiado audacioso, desviar-nos-ia do nosso presente objetivo.

Ainda que a geopolítica se cubra de habitual nebulosidade quanto ao seu objeto de estudo, é inegável que esta se assenta sobre o território e suas discussões. O atrelamento do território à geopolítica pode ser encontrado nos precursores do pensamento realista, como Maquiavel (2006), Hobbes (2004), Tucídides (2022), que, embora passassem longe do termo “geopolítica”, palavra elaborada por Rudolph Kjéllen somente no início do século XX, atribuíam ao território certo papel estratégico na elaboração da política interna e externa do Estado.

Autores realistas mais recentes como Aron (2002), Morgenthau (2003) e Wight (2002), também fazem uso do termo “geopolítica” em suas obras, observando, ainda que com algumas variações, a relação desta com o território. O termo também é, frequentemente, utilizado para se referir à elaboração de teorias supostamente aplicadas à política externa, como reconhecido nas clássicas obras de Mackinder (1904) e Mahan (1897). Também há uma leitura mais acentuada do ponto de vista geográfico, de Spykman (1939a; 1939b), indicando as influências da geografia e da geopolítica na elaboração da política externa.

Diante disso, o objetivo deste artigo é avaliar a influência de alguns elementos da formação territorial na construção da política externa brasileira durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A Segunda Guerra Mundial foi um conflito que implicou praticamente todos os países do mundo de modo direto ou indireto, tendo os blocos do eixo e dos aliados como os agrupamentos de países belicosos. Nesse contexto, o Brasil, país dependente das

economias desenvolvidas, teve sua política externa muito influenciada pelo conflito mundial, dialogando, inicialmente, tanto com as potências aliadas como com as do Eixo.

Nossa hipótese é, portanto, que a estrutura urbana, rural e a formação econômica do país no final da década de 1930 e início de 1940 consolidaram a posição brasileira junto aos países Aliados. Apesar da existência de numerosas discussões sobre o período em pauta, como já demonstrado por Moura (1980; 2012), Ricupero (2017), Fausto (2006), Cavalcante Neto (2013), por exemplo, parte-se do pressuposto de que a geografia pode, através da análise e da aproximação em relação ao território, realizar levantamentos importantes para a compreensão da política externa brasileira.

Tomando este pressuposto, partimos de dados coletados ao longo das décadas de 1930 e 1940 sobre o território brasileiro para analisar a composição da agenda externa do governo varguista. Para a construção deste artigo, foram coletados dados dos anuários estatísticos brasileiros dos anos de 1937 a 1945. Os dados analisados referem-se ao comércio exterior, com ênfase em alguns dos principais itens de importação e exportação no país. A análise do comércio exterior foi importante para caracterizar o vínculo entre a política externa e a formação econômica do país, muito influenciada, como será apresentado, pelo café.

Também foram coletados dados sobre a urbanização e estrutura agrária do Brasil entre os anos em questão. Este levantamento apresentou dados sobre as condições da infraestrutura urbana, a concentração industrial nas regiões do país, a concentração fundiária e os empregos gerados segundo região e segmentos. A referida coleta de dados, apresentada em gráficos e no próprio texto, foi relevante para a apresentação do liame dialético entre a estrutura territorial interna e a política externa.

É importante observar que a seleção de dados referentes aos aspectos urbanos, fundiários e do comércio exterior não excluem a importância, por exemplo, dos aspectos sociais, políticos e estratégicos na construção da política externa. Destacamos, portanto, que buscou-se realizar uma análise sobre aspectos que caracterizavam a estrutura territorial brasileira durante o período proposto. Os dados coletados, por sua disponibilidade e abrangência, permitiram uma leitura sistemática do território brasileiro e seus possíveis elos com a política externa.

Para além destas estatísticas, foram reunidas algumas referências históricas encontradas na Hemeroteca Nacional e no Centro de Pesquisa e Documentação de História

Contemporânea do Brasil (CPDOC). Os documentos são recortes de jornais da época e trechos de correspondências diplomáticas trocadas entre as autoridades brasileiras, como Getúlio Vargas², Oswaldo Aranha³, Eurico Gaspar Dutra⁴, entre outros atores políticos. A reunião destes documentos foi realizada em conjunto com os dados dos anuários estatísticos, com o objetivo de caracterizar o momento histórico e compor os argumentos acerca da construção da política externa brasileira.

O artigo foi dividido em duas partes: a primeira aborda os aspectos econômicos brasileiros do ponto de vista do comércio exterior do país, analisando a dependência nacional em relação aos itens industrializados importados da Europa e Estados Unidos; já a segunda parte enfatiza a ótica socioeconômica do Brasil, tendo sob olhar as condições urbanas e agrárias do país. A premissa da qual partimos é que a análise territorial é relevante para a compreensão da política externa brasileira e sua construção. Nesse sentido, a pergunta que buscamos responder é se as condições socioeconômicas do período impactaram significativamente para a construção da política externa brasileira durante a Segunda Guerra Mundial.

GEOGRAFIA E GEOPOLÍTICA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO ENTRE 1939 E 1945

A economia brasileira no ano de 1939 era caracterizada como uma economia voltada para a exportação de matérias-primas e importação de produtos da indústria de transformação e manufaturados. As características, como baixo índice de industrialização (SILVA, 2010), grande dependência da exportação de itens de origem agrícola (BRESSER-PEREIRA, 2012), predominância populacional no campo (ANUÁRIO, 1941), desconexão viária entre regiões e sub-regiões do país (FURTADO, 1987), além do alto índice de analfabetismo⁵, levavam a uma leitura bastante pessimista do cenário interno, que se conjugava às perspectivas externas. Para Oswaldo Aranha, futuro chanceler brasileiro, esse cenário, somado à conjuntura internacional, se traduzia na seguinte interpretação: “não tenho dúvidas de que uma nova era de ambições

² Presidente do Brasil entre 1930 e 1945. Voltou a ser presidente, dessa vez por meio de eleições entre 1951 e 1954.

³ Ministro da Justiça e Assuntos Internos entre 1930 e 1931. Ministro da Fazenda entre 1931 e 1934 e Ministro das Relações Exteriores entre 1938 e 1944

⁴ Eurico Gaspar Dutra, além de presidente do país entre 1946 e 1951, também foi Ministro da Guerra entre 1936 e 1945.

⁵ Segundo Gil (2022), o índice de analfabetismo entre aqueles com mais de 5 anos na população brasileira chegava a 61,20% no ano de 1940

coloniais, determinadas por fatores econômicos, mais do que propriamente políticos vai assenhorar-se dos destinos universais” (ARANHA, 1936)⁶.

Somado a esta ótica, o relatório lido por José Loureiro da Silva⁷ na sessão da Diretoria da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, caracterizava o Brasil do final da década de 1945, enfatizando os aspectos nocivos da concentração fundiária. Era

o Brasil, de base física imensa, país de imigração e pobre de capitais, (que) não escapou ao destino das demais nações americanas, vivendo, como vive, quase exclusivamente da agricultura e da pecuária, com 70% da sua população localizada na campanha. (SILVA, 1945)

Estes aspectos destacados por Aranha (1936) e Loureiro (1945) expõem, ao menos em parte, as condições estruturais da economia brasileira entre 1930 e 1940. Atrelado à dimensão econômica, localiza-se, também, a estrutura territorial que, entre essas décadas, evidenciam a desigualdade e a descontinuidade do desenvolvimento econômico brasileiro entre as regiões e cidades do país.

Nos tópicos a seguir, são apontados os dados da exportação e importação do Brasil, bem como seus principais parceiros comerciais. Fez-se um esforço interpretativo com o objetivo de compreender o posicionamento pendular brasileiro, tal como destaca Moura (1980; 2012), não somente por aspectos estratégicos e diplomáticos, mas enfatizando-o a partir de pré-condições da estrutura territorial brasileira.

Economia brasileira durante a Segunda Guerra Mundial

Anos antes ao desembarque dos pracinhas nos campos de batalha da Itália⁸, as relações comerciais brasileiras já refletiam o caráter limitado das estratégias do Brasil, num cenário internacional que apontava para o protecionismo e o conflito internacional. Exemplo disso foi o acordo comercial de 1935⁹ entre o Brasil e os Estados Unidos (BRASIL, 1935), que destacava o caráter da política externa brasileira e ditava o perfil do comércio exterior do país durante a

⁶ Os documentos colhidos no acervo digital da Fundação Getúlio Vargas estão referenciados da seguinte forma: tipo de documento, local, data, número do documento quando houver, nome do arquivo e código do acervo. As correspondências e relatórios utilizados nesse artigo podem ser encontradas em <<https://www18.fgv.br/cpd/doc/acervo/arquivo>>. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas. Washington, 1 de julho de 1936, n. 411/1. Arquivo Getúlio Vargas. GV c 1935.07.01.

⁷ Relatório de José Loureiro da Silva, lido na sessão da Diretoria da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial sobre “limitações do crédito especializado”. Rio de Janeiro, 31 de julho de 1945. Arquivo Getúlio Vargas. GV rem.s 1945.07.31.

⁸ O exército brasileiro desembarcou na Itália no dia 16 de julho de 1944 participando ativamente do conflito mundial. O termo “pracinha” surgiu da expressão “sentar praça” que era sinônimo de alistamento militar para o nível mais raso da tropa.

⁹ O texto do acordo na íntegra pode ser acessado em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-542-24-dezembro-1935-555656-publicacaooriginal-74987-pe.html>.

segunda metade da década de 1930. Como ressaltam D'Araújo e Moura (1978), o acordo, que estabelecia a redução de tarifas sobre produtos brasileiros e estadunidenses, acabou por consolidar os Estados Unidos como um fornecedor de produtos industriais para o Brasil, e este, por sua vez, em troca mantinha sua posição de fornecedor de matérias-primas.

Assim, como destaca Ricupero (2017), a posição brasileira no cenário internacional frente aos Estados Unidos e aos países desenvolvidos era moldada por sua condição de fornecedor de matérias-primas. Esse aspecto era ainda mais ressaltado pela fragilidade do mercado brasileiro após a crise de 1929, após a qual a industrialização do país tornava-se ainda mais obstaculizada frente a um mercado importador que tendia ao protecionismo e que aumentava sua demanda por matérias-primas, em decorrência da corrida armamentista em voga durante a década de 1930 e início da década de 1940.

Inserido também neste contexto internacional, em 1939, o governo de Getúlio Vargas encabeçava um discurso em prol da centralização e do nacionalismo, enfatizando a consolidação da instituição do exército brasileiro e indiretamente o desenvolvimento industrial. Entre diversas promessas, o presidente brasileiro também destacava “elevar o nível de vida das populações (e o) amparo financeiro às classes produtoras” (VARGAS, 1939). Vargas também apontava como objetivo o

reforço das tradições e sentimentos de brasilidade e proibição de funcionarem no país [...] quaisquer organizações com atividades desnacionalizadoras [...] a preparação da defesa interna e externa pelo reaparelhamento das nossas gloriosas forças armadas”. (CORREIO PAULISTANO, 1939)

No entanto, em contraste a tais promessas, pairava uma crescente preocupação em relação à variabilidade dos preços das matérias primas no mercado internacional, a ponto de Oswaldo Aranha alertar que

não é um fenômeno que tenha exclusivamente atingido o Brasil; todas as nações da América do Sul tiveram, igualmente, as condições da sua balança de comércio seriamente agravadas em consequência dessa queda de preços das matérias-primas, verificada desde o último trimestre do ano de 1937. (ARANHA, 1939)

A preocupação de Aranha era legítima – o comércio exterior brasileiro era amplamente dependente das exportações de café. A dependência brasileira em relação à rubiácea não é novidade da historiografia, já trazida por Fausto (2006) e Szmrecsányi (2007). O café era

protagonista nas cartas do Ministério da Economia de Vargas¹⁰, assim como figurava incessantemente no Ministério das Relações Exteriores.

A relação entre o latifúndio brasileiro e a política externa é estreita. Welch (2016), indica, por exemplo, que apesar de haver uma reestruturação da vida rural no Brasil ao longo do período Getúlio Vargas, não houve da parte do governo brasileiro qualquer rompimento com os interesses das elites rurais. Bercovici (2020) também destaca a instauração de políticas públicas que prepararam o território para a expansão das propriedades agrícolas no país.

Desta maneira, os laços comerciais tecidos ao longo do governo Vargas não se estabeleceram senão assentados numa política de dinamização das relações econômicas que, na década de 1930, faziam-se evidentes a partir do café. Em números absolutos, as áreas agrícolas cultiváveis no Brasil tiveram um aumento de 14,3% entre os anos de 1931 e 1939¹¹. No caso do café, as áreas cultiváveis foram reduzidas em 3,5% nesse mesmo período, mas em função do rígido controle do Estado para a redução da oferta deste produto, com medidas como o Decreto nº 20.003, de 16 de maio de 1931¹² e o Decreto nº 22.121, de 22 de novembro de 1932¹³.

Tal era a relevância do café para a economia e, por conseguinte, para a política externa, que o futuro Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, em correspondência a Vargas destacaria que “o café brasileiro está perdendo terreno, de forma alarmante, em todos os

¹⁰ Um breve levantamento das correspondências entre Oswaldo Aranha e Vargas dão conta da importância do café para o pagamento das contas públicas demonstrado nos documentos, incluindo relatórios e correspondências entre Oswaldo Aranha, Getúlio Vargas, Franklin Roosevelt, Cordell Hull e outros sobre os trabalhos e negociações da Missão Aranha. Documentos referentes a Missão Aranha, Washington e Rio de Janeiro, entre 09 de janeiro a 27 de setembro de 1939. Arquivo Getúlio Vargas. GV c 1939.01.09. Outro aspecto que corrobora essa visão é a própria proeminência desse produto na balança comercial brasileira, como no gráfico 1.

¹¹ Dados disponíveis no censo agrícola brasileiro de 1940, disponibilizados pela Revista Brasileira de Geografia, v.10, n.1, 1948. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1948_v10_n1.pdf.

¹² Este decreto suspendia o envio de café produzido no país para a exportação, restringindo o envio somente a algumas tipologias da rubiácea. Texto na íntegra em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20003-16-maio-1931-514660-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Ficam%20suspensos%20os%20despachos%20de,do%20caf%C3%A9%20destinado%20a%20substitui%C3%A7%C3%A3o.>

¹³ Este decreto proibia pelo prazo de 3 anos o plantio de café em todo o território brasileiro. Esta medida, como observa Fausto (2006) foi tomada com o intuito de conter a oferta crescente de café no mercado internacional. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22121-22-novembro-1932-507149-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Pro%C3%ADbe%2C%20pelo%20prazo%20de%20tres,que%20lhe%20confere%20o%20art>

mercados”, além disso, que “o Brasil estará, dentro de curto prazo, suprindo menos da metade do café absorvido pelo consumo mundial”¹⁴ (ARANHA, 1937).

O destaque dado ao produto brasileiro não era infundado. Entre os quatro maiores parceiros comerciais do Brasil (Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido e Argentina), o café ocupava parte importante no total de exportações junto à três deles (Estados Unidos, Alemanha e Argentina), como demonstra a tabela 1.

Tabela 1 – Principais exportações e a participação do café em 1939

	Exportação Total em Libras Esterlinas	Exportação Total de Café em Libras Esterlinas	Porcentagem da participação do café no total de exportações
Estados Unidos	13.521.066	8.545.623	63.20%
Alemanha	4.478.682	969.555	21.64%
Reino Unido	3.587.442	—	—
Argentina	2.044.173	314.622	15.39%

Fonte: Autoria própria, 2024. Tabela elaborada a partir de dados disponíveis em Anuário (1941, p. 419)

Diante deste cenário, podemos adicionar à postura pendular da política externa brasileira – estratégia dualista de Getúlio Vargas em barganhar vantagens econômicas ora com a Alemanha, ora com os Estados Unidos antes e durante a Segunda Guerra Mundial (MOURA, 1980; 2012) – mais um elemento. A América Latina havia se tornado um palco de disputas por matérias primas já no início da década de 1930. Fato, este, explicitado também pelos relatórios da missão Oswaldo Aranha¹⁵, missão que tinha como intuito contrabalancear a influência comercial alemã no Brasil, consolidando os Estados Unidos como principal parceiro comercial brasileiro.

Nos relatórios produzidos ao longo da missão ficava explícita as condições econômicas do país governado por Vargas:

O Brasil é um país economicamente novo e, portanto, devedor. A sua exportação consiste principalmente em matérias primas e gêneros alimentícios, o que o obriga a

¹⁴ Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas informando, entre outros, a situação do café no mercado internacional, Washigton, 4 de junho de 1937, n.0431/2. Arquivo Getúlio Vargas. GV c 1937.06.04/1.

¹⁵ Documentos referentes a Missão Aranha, Washigton e Rio de Janeiro, entre 09 de janeiro a 27 de setembro de 1939. Arquivo Getúlio Vargas. GV c 1939.01.09.

concorrer nos mercados mundiais com a produção das regiões coloniais¹⁶. (MISSÃO, 1939)

O objetivo buscado pela missão se complementava à disposição do governo brasileiro em utilizar seu comércio de matérias-primas para financiar seus investimentos industriais, ainda que com isso fosse necessário abrir seu mercado aos itens industrializados norte-americanos. Nesse sentido, também trazia o relatório:

Não só a indústria norte-americana poderia com vantagem vir buscar no Brasil numerosas matérias primas de que precisa [...] o progresso econômico que adviria para o Brasil dessa colaboração traria como consequência o alargamento do mercado brasileiro para os artigos manufaturados dos Estados Unidos¹⁷. (MISSÃO, 1939)

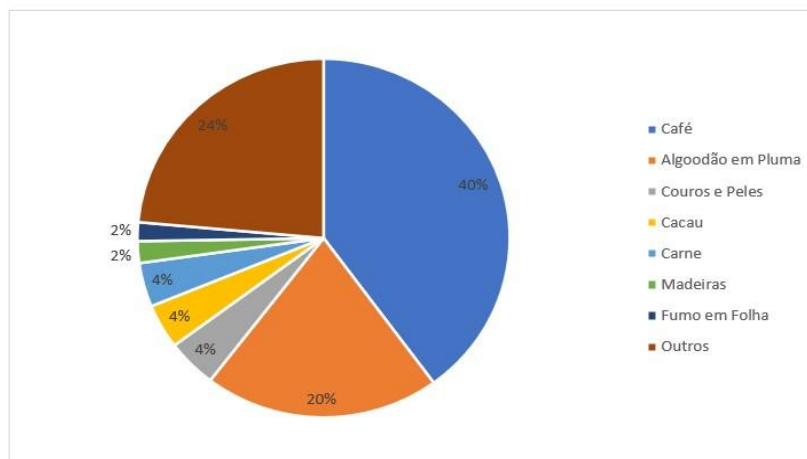
A ótica presente no relatório se pronunciava pelo fato de que as características exportadoras do Brasil eram moldadas pelas matérias-primas, tendo o café como o seu principal item, mas também sendo um importante exportador de algodão, cacau, carne, entre outros itens, como demonstra o gráfico 1. O início da Segunda Guerra Mundial impactava não somente na demanda pelas matérias-primas, mas, também, resultava no encolhimento do mercado de

¹⁶ Documento referente a Missão Aranha, Washigton e Rio de Janeiro, entre 09 de janeiro a 27 de setembro de 1939, n. 09. Arquivo Getúlio Vargas. GV c 1939.01.09.

¹⁷ Ibid.

insumos industriais, dificuldades do transporte de mercadorias pelos bloqueios navais (CABRAL, 2020) e rarefação dos meios de pagamentos internacionais.

Gráfico 1 – Participação e Itens na exportação brasileira no ano de 1939 (em £)



Fonte: Autoria própria, 2024. Gráfico elaborado a partir de dados disponíveis em Anuário (1941 p. 418-423)

Com o bloqueio naval inglês, fato esse já previsto por Oswaldo Aranha em 1937 em correspondência a Getúlio Vargas (ARANHA, 1937)¹⁸, a Alemanha¹⁹, o segundo maior mercado importador e exportador brasileiro tornava-se quase inacessível para os países americanos, como ficava claro na correspondência de Ciro de Freitas Vale a Getúlio Vargas, observando que “a Grã-Bretanha, campeã da economia liberal, faz o bloqueio com tamanha severidade, que priva vários países neutros das matérias-primas de que precisam” (VALE, 1940)²⁰. Com o bloqueio naval, tornava-se também inviável ou, ao menos, mais complexo, o comércio com outros países europeus envolvidos no conflito mundial, estando o resultado desse aspecto demonstrado no gráfico 2. Após o início do conflito, ocorria a interrupção do comércio

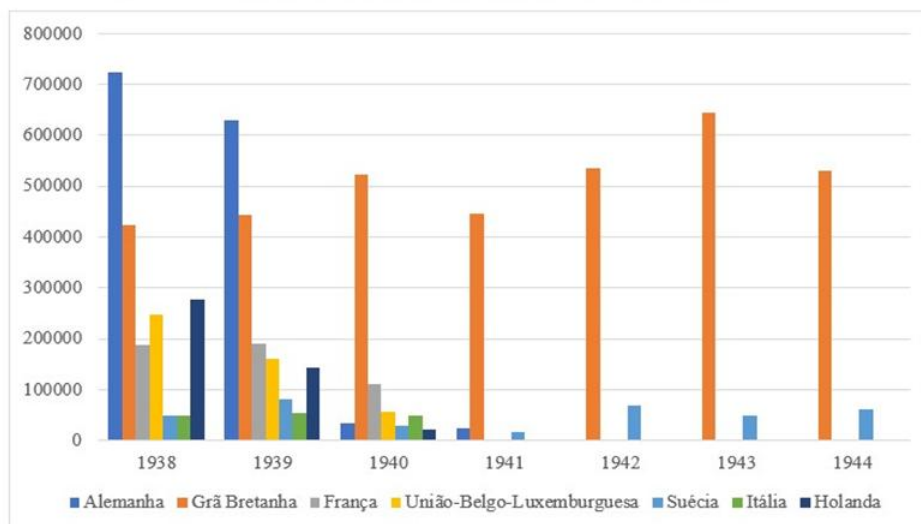
¹⁸ Correspondência entre Oswaldo Aranha, Getúlio Vargas e Artur de Sousa Costa sobre a "missão Sousa Costa" nos EUA, Washington, 30 de julho de 1937, n.0471/1. Arquivo Getúlio Vargas. GV c 1937.07.03.

¹⁹ Em janeiro de 1942, o Brasil romperia as relações com a Alemanha para em agosto daquele mesmo ano entrar oficialmente em guerra

²⁰ Correspondência de Ciro de Freitas Vale a Getúlio Vargas. Confidencial, Berlim, 16 de fevereiro de 1940, n.36. Arquivo Getúlio Vargas. GV c 1940.02.16.

brasileiro com países como Holanda, Bélgica (indicada como União-Belgo-Luxemburguesa), França e Itália.

Gráfico 2 – Exportações brasileiras em toneladas entre 1938 - 1944



Fonte: Autoria própria, 2024. Gráfico elaborado a partir de dados disponíveis em Anuário (1941, p.401 – 403), Anuário (1946, p.250 – 252)

A suspensão do comércio brasileiro com esses países colocava o governo Vargas diante de um dilema de sua política de industrialização. Como destaca Gambini (1977, p. 125), “financiar Volta Redonda impunha-se como um passo necessário na política de anular a influência alemã no Brasil”, uma vez que o isolamento do continente americano somado aos esforços de guerra dos países fornecedores dos itens industriais necessários ao Brasil, colocavam em risco a própria industrialização brasileira. Esta, como apresentam as correspondências, “dependia de investimentos estrangeiros públicos ou privados, dada a exiguidade da poupança interna” (FAUSTO, 2006, p. 109).

Ainda, como aponta Fausto (2006), o projeto de industrialização brasileira e a substituição das importações não se voltavam somente para o âmbito econômico, mas se alinhavam ao discurso nacionalista do Estado Novo, que colocava no cerne das discussões políticas o desenvolvimento como questão de Estado. O desenvolvimentismo surgia a partir do governo de Getúlio Vargas, dentro do contexto que antecedeu a Segunda Guerra Mundial e das condições ainda incipientes da industrialização no Brasil, demonstrado por Mros (2011).

Desse modo, a precária condição industrial brasileira, ainda que em estágios de desenvolvimento, como apresentam Suzigan (1971) e D’Araújo e Moura (1978), também é um elemento relevante para explicar o posicionamento brasileiro no cenário internacional. O

intercâmbio comercial brasileiro, caracterizado principalmente pela exportação de café e pela importação de bens de consumo e maquinários para uso urbano e industrial, compunham o contexto histórico da economia brasileira entre os anos de 1930 e 1940.

Se a dependência do país era explícita nas estatísticas e nas missivas dos atores da política externa, também se revelava através do território brasileiro a condição de subdesenvolvimento e o descompasso econômico entre as regiões do país. Se do ponto de vista externo a divisão do comércio internacional ratificava o Brasil como um fornecedor de matérias-primas, do ponto de vista interno, o território materializava sua estrutura desigual, colaborando para tal a divisão internacional do comércio.

INFRAESTRUTURA, URBANIZAÇÃO, INDUSTRIALIZAÇÃO E ESTRUTURA FUNDIÁRIA: AS CONDIÇÕES INTERNAS E A POLÍTICA EXTERNA

Outro aspecto relevante para compreendermos o direcionamento da política externa brasileira é a infraestrutura urbana e industrial do país entre os anos de 1930 e 1940. As condições de vida nas cidades podem nos indicar as circunstâncias sociais, econômicas e políticas sob as quais o Brasil se encontrava. Para além disso, os dados refletem a marcante desigualdade territorial que se cristalizava entre as regiões do país. Além disso, o Brasil da década de 1930 e início da década de 1940 era marcado por uma estrutura agrária que moldava, fundamentalmente, seu comércio exterior e lançava raízes na sua estrutura socioeconômica.

Se a política externa tende a recair sobre as construções políticas e estratégicas entre os Estados, como destaca Cervo (2008), torna-se também importante analisarmos o território como parte integrante do Estado. Dados sobre a urbanização, a dispersão da técnica pelo território e a concentração econômica são alguns dos índices que utilizamos para melhor visualizar as condições sociais, econômicas e, indiretamente, políticas do país. Desse modo, neste tópico, buscamos caracterizar o território brasileiro a partir de alguns dados referentes à estrutura urbana e rural, com o objetivo de aprofundar o entendimento dos aspectos territoriais internos na composição da agenda política externa do país.

A política externa, a industrialização e a infraestrutura urbana

Como caracterizar o território brasileiro entre as décadas de 1930 e 1940? Ainda que correndo o risco de cair num superficialismo histórico, é possível observar que o período é

marcado por uma dependência econômica, calcada na exportação de produtos agrícolas, como observa Skidmore (1982) e estruturada na monocultura com bases no latifúndio (SILVA, 1997). Também é marcante, como observa Sodré (2010) e Furtado (1987), a intervenção estatal no fomento à industrialização, além da urbanização dos principais centros econômicos do país. A própria instalação de uma siderúrgica no país, como foi o caso da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1941 era fruto do mote desenvolvimentista que permeava o governo Vargas. Como destaca Fausto (2006), o Estado Novo havia transformado a industrialização e a reorganização e modernização do exército como propósitos de união nacional e centralização do poder.

Esses objetivos passavam, invariavelmente, pela política externa brasileira, uma vez que o país era dependente das exportações de produtos agrícolas, não possuía maquinário para a industrialização e urbanização e, muito menos, como observa Sodré (2010), para o aparelhamento do exército. Assim, era através da política externa que Oswaldo Aranha²¹, Góes Monteiro²², Eurico Dutra²³, Arthur de Sousa Costa²⁴ e o próprio Getúlio Vargas discutiam e alinhavam o fornecimento dos insumos indispensáveis à condição social, econômica e política do Brasil.

O processo de industrialização nacional, que teve seu cerne no eixo Rio-São Paulo, como destaca Mamigonian (1971), teve também a Segunda Guerra Mundial como um evento marcante. Com a escassez de maquinários, ferramentas e insumos para indústria no exterior, acelerou-se a produção nacional de peças e derivados, especializando, assim, alguns segmentos brasileiros na manutenção de máquinas²⁵.

Do ponto de vista externo, este aspecto reforça duas características importantes: a primeira é que o conflito mundial acabaria transformando a estrutura industrial brasileira que, dependente de maquinários e insumos estrangeiros, acabou forçada a um processo de

²¹ A participação de Oswaldo Aranha na obtenção de créditos junto aos Estados Unidos foi constante. O ministro brasileiro também protagonizava as discussões sobre a exportação do café para este mesmo país. Exemplo das discussões sobre a obtenção de créditos para a industrialização, transportes e comércio exterior é a carta do Ministro Oswaldo Aranha ao Export and Import Bank, Washington, 8 de março de 1939, n. 17. Arquivo. Getúlio Vargas. GV c 1939.01.09.

²² Pedro Aurélio de Góes Monteiro foi chefe militar do Estado Maior do Exército entre 1937 e 1945.

²³ O fornecimento de materiais para o exército brasileiro passava por Dutra, como demonstra a carta de Dutra a Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 29 de março de 1938, n.0927/2. Arquivo Getúlio Vargas. GV c 1938.03.29/1

²⁴ Ministro da Fazenda entre os anos de 1934 e 1945. Existem cartas na tratativa de compras de material bélico junto à Alemanha, como demonstra a carta de Arthur de Sousa Costa a Getúlio Vargas. Confidencial, Rio de Janeiro, 16 de março de 1938, n.0918/3. Arquivo Getúlio Vargas. GV c 1938.03.16/1.

²⁵ Mamigonian (1971) faz referência à manutenção de máquinas empregadas principalmente na indústria de tecidos.

nacionalização dos seus instrumentos de produção (Suzigan, 1971); a segunda é a relevância do atrelamento entre a estrutura territorial interna e a política externa brasileira, esta, fundamental no provimento de condições minimamente estáveis para o estabelecimento das diretrizes políticas, econômicas e sociais voltadas para aquela. Era através da política externa que se buscava consolidar as condições econômicas internas para a manutenção das contas públicas e do próprio poder do Estado materializado no aparelhamento do exército.

Com severas dificuldades internacionais, os novos impulsos técnicos nacionais dependiam da cooperação e da própria tecnologia estrangeira. Ainda que houvesse um esforço do governo central com o objetivo de industrializar o país, a dependência estrangeira era evidente e se pronunciava nas palavras de João Carlos Muniz²⁶ e Oswaldo Aranha, que observavam, momentos antes da guerra, que “estava o Brasil condenado a ser um país exportador de matérias primas tropicais, de baixo nível de vida, obrigado que era a competir nos mercados internacionais com os povos coloniais” (MUNIZ, 1943)²⁷.

Os dados referentes aos principais centros urbanos no final da década de 1937 demonstravam as difíceis condições de vida nas cidades do país. A luz elétrica no Brasil, naquele ano, ainda estava em difusão: das 60.371 vias públicas brasileiras, somente 35.992 eram iluminadas. Em 1938, poucas eram as capitais totalmente iluminadas, somente Belém, São Luiz e Vitória tinham a totalidade de seus logradouros providos de luz elétrica. O próprio Rio de Janeiro, centro político e econômico, tinha 43,3% das suas vias sem qualquer equipamento de luz. A cidade de São Paulo, principal polo industrial do país, tinha 42,8% das suas vias no escuro²⁸.

Em termos de saneamento básico, pouco mais de 30% das vias de todo território nacional possuíam água encanada, 17% das casas possuíam esgotos domiciliares e somente 11% das vias possuíam esgoto pluvial. Cenário este que se tornava ainda mais crítico quando distante das regiões do Centro-Sul. Na região Nordeste, por exemplo, somente 5,7% das residências possuíam esgotos domiciliares, e não mais que 16,3% das vias possuíam acesso à água encanada. Na região Norte, o número de logradouros com acesso a água era ainda menor,

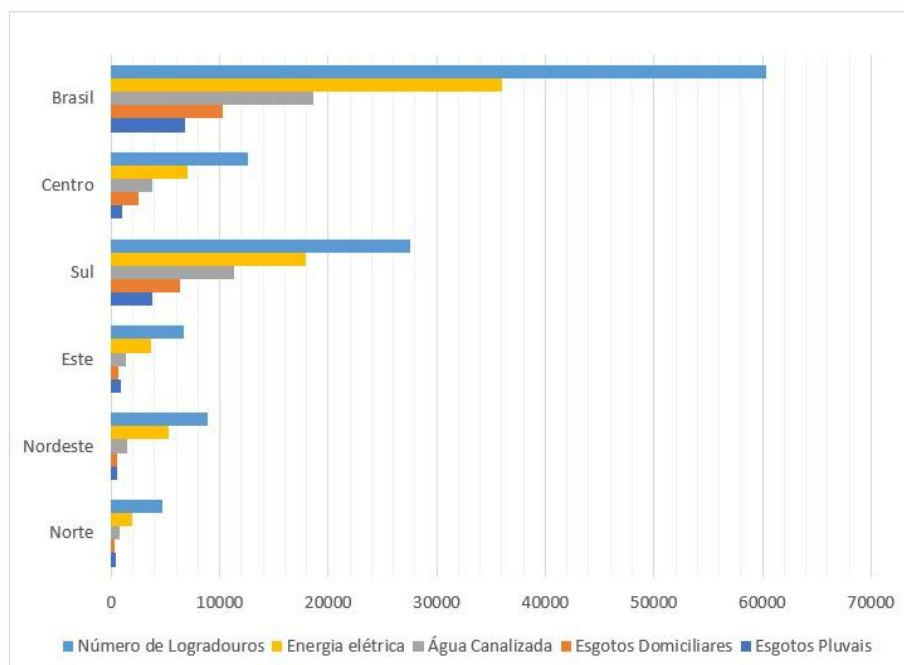
²⁶ Diplomata brasileiro, serviu no Ministério das Relações Exteriores entre 1937 e 1940. Também foi embaixador brasileiro no Equador.

²⁷ Carta de João Carlos Muniz a Oswaldo Aranha sobre a situação mundial, Quito, 24 de novembro de 1943. Arquivo Getúlio Vargas. GV c 1943.11.24.

²⁸ Dados retirados do anuário estatístico de 1939/1940, p. 553.

15,7%, e o acesso a esgotos domiciliares era o mesmo ao da região Nordeste, 5,7% das vias possuíam acesso a este serviço²⁹.

Gráfico 3 – Infraestrutura urbana brasileira no ano de 1937



Fonte: Autoria própria, 2024. Gráfico elaborado a partir de dados disponíveis em Anuário (1941 p. 556)

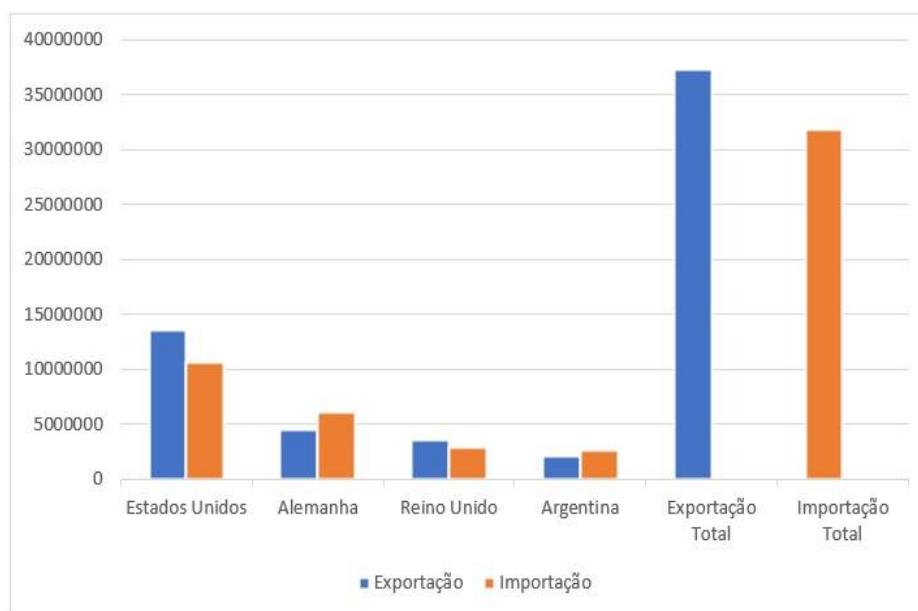
De acordo com os dados apresentados no gráfico 3, as cidades brasileiras, em geral, mantinham uma estrutura precária, sendo a modernização técnica restrita a poucos pontos do território do país. No entanto, ainda que deficientes, os melhoramentos urbanos (ANUÁRIO, 1941; ANUÁRIO, 1946), tiveram uma progressiva expansão, acompanhando o processo de urbanização presente durante a década de 1940 (PATARRA, 2007).

Estabelecido esse cenário, é possível inferir que o avanço dos aparatos técnicos nas cidades brasileiras fomentava e pressionava os setores industriais nacionais e do comércio exterior. No entanto, de onde derivavam as importações brasileiras e quais eram os principais parceiros comerciais do país ao início da Segunda Guerra Mundial? Como demonstra o gráfico 4, os quatro principais parceiros comerciais do Brasil eram Estados Unidos, Alemanha, Reino

²⁹ Ibid.

Unido e Argentina, participando estes países com, respectivamente, 36,2%, 12%, 9,6% e 5,5% das exportações brasileiras e 33,4%, 19,4%, 9,3% e 8,4% das importações.

Gráfico 4 - Exportação e importação brasileira no ano de 1939 (£)



Fonte: Autoria própria, 2024. Gráfico elaborado a partir de dados disponíveis em Anuário (1941, p. 395)

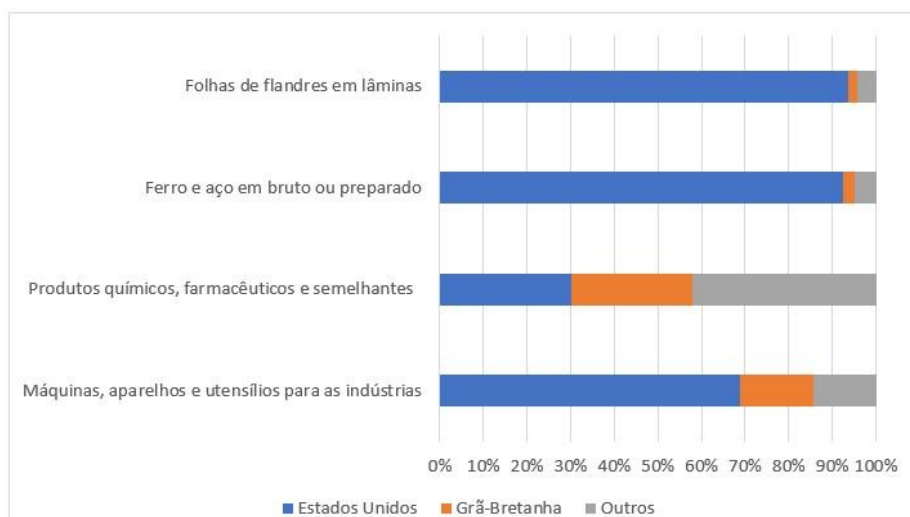
As exportações recaíam invariavelmente sobre os produtos ligados à produção agrícola e extrativista. Já as importações se voltavam para itens manufaturados, maquinários aplicados à indústria e alguns bens de consumo. Entre os itens exportados estavam café, algodão, cacau, borracha, arroz, açúcar, cera de carnaúba, entre outros itens. Exceção a estes produtos eram os tecidos que começavam a se consolidar como um item de exportação relevante e que possuía como origem os centros industriais brasileiros. Dessa forma, o tecido brasileiro ganhava o mercado internacional principalmente junto à Argentina³⁰. Entre os produtos importados estavam maquinário industrial, automóveis, geradores elétricos, aparelhos de telecomunicação e bens duráveis como geladeiras, máquinas de escrever, máquinas de costura, entre outros.

Ao observarmos o gráfico 5, vemos que os itens fundamentais para a industrialização e urbanização do país eram provenientes dos países industriais implicados diretamente na Segunda Guerra Mundial. Por exemplo, mais de 85% das importações de aparelhos para a indústria eram provenientes dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, já as folhas de flandres, item muito utilizado em embalagens industriais, eram provenientes quase totalmente dos

³⁰ Ver estatísticas sobre os itens de exportação em Anuário (1946, p. 269).

Estados Unidos. Em suma, juntos, Estados Unidos e Grã-Bretanha forneciam parcela fundamental dos equipamentos para a industrialização do país³¹.

Gráfico 5 - Importações brasileiras por segmento em 1940 (em toneladas)



Fonte: Autoria própria, 2024. Gráfico elaborado a partir de dados disponíveis em Anuário (1946, p.270 – 273)

A interação de dependência do Brasil em relação aos países industrializados, mais especificamente em relação aos Estados Unidos, reforça a importância geoeconômica que este Estado possuía para a política externa brasileira. Se, do ponto de vista das relações internacionais, o alinhamento brasileiro perante os aliados tenha suas explicações a partir das interações diplomáticas e do contexto internacional, parece-nos também relevante a premência da crescente demanda interna frente a um mercado externo que se mostrava restrito do ponto de vista dos fluxos comerciais internacionais. Em complemento a este fato, demonstra-se o amplo atrelamento econômico externo brasileiro junto a Grã-Bretanha e aos Estados Unidos, que foi fundamental no avanço da política desenvolvimentista de Getúlio Vargas.

Concentração de terra, política e comércio exterior

Outro aspecto relevante da dinâmica territorial brasileira era a concentração fundiária no país e suas relações com o comércio exterior. Se as exportações brasileiras dependiam

³¹ No item “produtos químicos, farmacêuticos e semelhantes” estão inseridos os seguintes itens: adubos químicos, perfumarias, injeções medicinais, quinino e seus sais, produtos químicos inorgânicos, outros sais minerais, soda cáustica, produtos químicos orgânicos e outros produtos, farmacêuticos e semelhantes. No item “máquinas, aparelhos, ferramentas e utensílios” estão inseridos aparelhos físicos e científicos, artigos e acessórios correlatos, cutelaria, ferramentas e utensílios, máquinas de costura, máquinas de escrever, aparelhos de rádio para uso doméstico, radiovitrolas e acessórios, aparelhos receptores de telefonia e telegrafia, geradores e motores elétricos, outras máquinas, máquinas para conservação de estradas (inclusive escavadeiras) e outras máquinas, aparelhos e utensílios.

amplamente do café, isso ocorria e tinha desdobramentos a partir da estrutura agrária do país. Embora a extensa produção e exportação de café não seja novidade nas discussões econômicas brasileiras, como já pontuado por Cano (2005), o comércio de itens como café, açúcar, algodão, entre outros produtos de base agrícola estava assentado na monocultura e na concentração fundiária, como nos lembra Prado Junior (2011).

Tabela 2 - Propriedade rural em I-IX de 1940

	Número de Propriedades	Porcentagem	Extensão das propriedades em hectares	Porcentagem em hectares
Menos de 1 a 100 hectares	1629995	85.71%	36005599	18.21%
De 101 a 10000	270357	14.21%	128209816	64.84%
Acima de 10001	1273	0.06 %	33504832	16.94%
Total	1901625	100%	197720247	100%

Fonte: Autoria própria, 2024. Tabela elaborada com dados da Revista (1948, p.147).

Como demonstrado na tabela 2, podemos verificar que a estrutura agrária no Brasil era extremamente desigual. em relação ao acesso à terra de modo que pouco mais de 14% das propriedades compreendiam mais de 80% da extensão agricultável do país. Tal acúmulo de terras, evidentemente, tinha consequências políticas durante o governo de Getúlio Vargas, uma vez que

o que se convencionou chamar genericamente de oligarquia [...] permaneceu imbricado nos centros de poder e que sua inserção nada teve de incompatível com a direção industrializante então assumida. (ALMEIDA, 2007, p. 151-152)

Como já visto, a produção agrícola era tema fundamental e componente da política externa brasileira. O atrelamento brasileiro ao modelo agroexportador era, inclusive, pauta de acordos de cooperação técnica e econômica entre o Brasil e os Estados Unidos. Este aspecto fica evidenciado nas palavras do secretário de Estado Cordell Hull a Oswaldo Aranha:

Estou ainda informado de que o Export-Import Bank, com o fim de cooperar na promoção do comércio entre os Estados Unidos e o Brasil e no desenvolvimento dos recursos naturais do Brasil, concordou em examinar a concessão de créditos mais

longos para o financiamento de compras brasileiras de materiais para o equipamento econômico do seu país feitas nos Estados Unidos [...] o governo dos Estados Unidos está interessado em cooperar [...] para o estudo e desenvolvimento da produção agrícola complementar a dos Estados Unidos³². (HULL, 1939)

A cooperação dos Estados Unidos com a produção agrícola brasileira, visualizada nas palavras do secretário norte-americano, não tinham somente um cunho econômico, mas também estratégico. O Brasil, como indicam Moura (1980; 2012) e Ricupero (2017), era no continente americano o único país capaz de fornecer matérias-primas aos Estados Unidos, de modo que “os círculos econômicos (voltassem) suas vistas para o norte do Brasil”³³. A borracha, algodão, açúcar e produtos locais como carnaúba, pinho e mamona compunham o comércio de exportação brasileiro.

A relação entre dinâmica externa e a organização interna indicam, numa escala regional, desigualdades importantes. Se o Brasil do início da década de 1940 estava em processo de industrialização, os dados da tabela 3³⁴ demonstram que o eixo Minas - Rio - São Paulo concentrava a produção industrial. Somente o Estado de São Paulo detinha 29,9% dos empregos gerados na indústria de transformação (ANUÁRIO, 1946). Da totalidade (em peso) da importação de ferro e aço, 51% tinham como destino este mesmo estado, também era para São

³² Resposta do secretário de Estado Cordell Hull ao ministro Oswaldo Aranha, Washington, 9 de março de 1939, n.14. Arquivo Getúlio Vargas. GV c 1939.01.09.

³³ Documento sem autoria declarada. Informações especiais, Q.M/ S.I, 2 de janeiro de 1942, n. 245. Arquivo Getúlio Vargas. GV c 1942.01.02.

³⁴ A tabela foi elaborada a partir dos dados compilados de acordo com as categorias Agricultura, pecuária e silvicultura, comércio de mercadorias e comércio de valores e indústrias extrativistas e indústrias de transformação. Não foram inseridos na tabela outras categorias de labor. Em números totais, a população brasileira acima de 18 anos ocupada em alguma atividade, que não somente agricultura e pecuária, indústria e comércio, atingia o número de 20.960.865 milhões de pessoas. O compilado encontra-se em Anuário (1946), disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1941_1945.pdf

Paulo que se destinavam 54% das máquinas e ferramentas para uso industrial e 40% das folhas de flandres (ANUÁRIO, 1946)³⁵.

Tabela 3 – A ocupação da população brasileira no ano de 1940

	Ramo de atividade da população acima de 18 anos no Brasil	Ramo de atividade da população acima de 18 anos no eixo Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo	Porcentagem de empregos na região Nordeste ²⁷ + Sergipe e Bahia	Porcentagem de empregos no eixo Minas Gerais, Rio de Janeiro ²⁸ e São Paulo	Porcentagem de empregos na região Nordeste + Sergipe e Bahia
Agricultura e Pecuária	7398445	2775721	2981965	37.51%	40,3%
Comércio	706532	398332	172916	56.37%	24,47%
Indústria	1506146	761328	382397	50.54%	25,48%

Fonte: Autoria própria, 2024. Tabela elaborada a partir dos dados coletados de anuário (1946, p.30). O gráfico foi elaborado a partir dos dados compilados de acordo com as categorias Agricultura, pecuária e silvicultura, comércio de mercadorias e comércio de valores e indústrias extrativistas e indústrias de transformação. Não foram inseridos na tabela outras categorias de labor. Em números totais, a população brasileira acima de 18 anos ocupada em alguma atividade, que não somente agricultura e pecuária, indústria e comércio atingia o número de 20.960.865 milhões de pessoas. O compilado encontra-se em Anuário (1946), disponível em < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1941_1945.pdf>

Do ponto de vista da agricultura, o território brasileiro havia consolidado regiões especializadas na produção e exportação de determinados itens. É importante ressaltar, inclusive, que São Paulo não havia se desvincilhado de seu papel agroexportador, pelo contrário, em 1940, 69% das exportações brasileiras de café eram paulistas. A carne também era majoritariamente proveniente deste estado, responsável por 52% das exportações brasileiras deste item (ANUÁRIO, 1946).

Nesse mesmo ano, no Nordeste, Pernambuco era responsável por 49% da exportação de açúcar, Alagoas por outros 42%. Já a cera de carnaúba, vendida quase em sua totalidade aos Estados Unidos, tinha o Piauí e o Ceará como principais estados exportadores, responsáveis, respectivamente, por 43% e 40% do comércio exterior deste item (ANUÁRIO, 1946). Outro

³⁵ Os dados apresentados no texto em porcentagem foram calculados com base em Anuário (1946, p.267 – 273).

produto muito consumido nos Estados Unidos era a mamona, sendo seus principais exportadores, Bahia (28%), Pernambuco (23%) e Ceará (21%) (ANUÁRIO, 1946).

No norte do país, o Pará era responsável por 50% da borracha exportada e o Amazonas por outros 46% (ANUÁRIO, 1946). A região norte é um bom exemplo da dinâmica entre a política exterior e a monocultura do Brasil: a produção de látex havia tornado a região num território estratégico para a indústria bélica dos Estados Unidos³⁶, influenciando, assim, na estrutura fundiária, produtiva e migratória da região.

Nos estados mais ao sul do país, a especialização recaía sobre produtos como a carne e o pinho. Desse último item, 34% das exportações eram provenientes do Paraná, outros 33% de Santa Catarina e 31% do Rio Grande do Sul. Também era do Rio Grande do Sul 46% da exportação de carne, assim como 91% das vendas externas de arroz (ANUÁRIO, 1946). Diferentemente das outras regiões em que as exportações tinham destino, em sua maior parte, para os Estados Unidos, os produtos destes três estados eram importados, principalmente, pela Grã-Bretanha e Argentina.

Os dados evidenciam que a divisão internacional do trabalho tinha implicações sobre a divisão produtiva regional no Brasil. Esse aspecto contribuía para a construção de uma política externa enraizada na dependência econômica dos Estados desenvolvidos. Durante a Segunda Guerra Mundial, produtos de origem primária ganharam ainda maior relevância na indústria bélica, como é o caso da borracha e dos produtos alimentícios como carne, açúcar e o próprio café, visto como item prioritário na alimentação da caserna.

A estrutura agrária brasileira, portanto, mantinha-se atrelada a um mercado internacional cobiçoso por itens primários. Ao mesmo tempo, a monocultura, o latifúndio e a desigualdade no campo se imprimiam como condição e consequência de um mecanismo internacional colaborativo técnica e economicamente com a estrutura produtiva do campo

³⁶ Relatório da Comissão de Controle dos acordos de Washington, sem autoria declarada, Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1944. Arquivo Getúlio Vargas. GV c1944.10.19.

brasileiro. As desigualdades regionais no Brasil se imprimiam, dessa forma, pelo território, ao mesmo tempo que substanciavam a política externa do país.

CONCLUSÃO

A política externa brasileira, pouco antes e durante a Segunda Guerra Mundial, não foi estabelecida sem vínculos com as condições econômicas do país. A indispensável exportação do café moldava as intenções e as direções da diplomacia brasileira no final da década de 1930. É notório, também nesse período, a dependência do país por materiais industriais e militares, atrelando, portanto, à política externa brasileira a capacidade que o país dispunha de barganhar insumos, maquinários e ferramentas em troca dos seus restritos recursos agrícolas. Esse fato fica evidente pelos acordos brasileiros, como o acordo comercial de 1935 com os Estados Unidos e pela própria troca de comunicações no Ministério das Relações Exteriores, enfatizando, por exemplo, a importância da produção da borracha para a indústria bélica estadunidense.

As relações brasileiras com Estados Unidos, Grã-Bretanha e Alemanha não eram estabelecidas somente por fins estratégicos externos, mas também contemplavam certa demanda interna. Na medida em que o país se urbanizava, crescia a exigência por materiais voltados à infraestrutura das cidades, como equipamentos elétricos, produtos farmacêuticos, aço, entre outros materiais.

Percebe-se, ainda, que a política pendular brasileira, para além de fins estratégicos, dialogava com a própria formação econômica do país. A forte concentração fundiária, as desigualdades regionais e a precária infraestrutura urbana eram tanto sintomas como geradoras de uma política externa que reforçava a posição de um país agroexportador. As estratégias tomadas ao nível governamental e que compunham os diálogos entre Oswaldo Aranha, Getúlio Vargas e demais atores possuíam um contexto interno não menos importante que a conjuntura internacional.

Por fim, embora o escopo desse artigo não tenha sido analisar as estratégias brasileiras durante a Segunda Guerra Mundial, foi possível notar que este conflito impactou diretamente o comércio exterior do país, praticamente isolando-o de qualquer fluxo com a Europa continental, mas permitindo a manutenção do comércio com a Grã-Bretanha e, principalmente, com os

Estados Unidos, o que, embora possa ser verificado em análises posteriores, possivelmente reforçou a posição brasileira junto aos aliados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Antonio Mendes de. História Geral da Civilização brasileira, v.11, 2007. In: FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira: Economia e Cultura (1930 – 1964)**, Rio de Janeiro: Bertrand, 2007.

ANUÁRIO estatístico do Brasil. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: 1939 - 1940. Rio de Janeiro: IBGE, 1941.

ANUÁRIO estatístico do Brasil. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: 1941 - 1945. Rio de Janeiro: IBGE, 1946.

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.
BERCOVICI, Gilberto. A Questão Agrária na Era Vargas (1930-1964). **História do Direito**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 183 - 226, dez. 2020. ISSN 2675-9284. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historiadodireito/article/view/78725>. Acesso em: 11 jan. 2024. doi: <http://dx.doi.org/10.5380/hd.v1i1.78725>.

BRASIL. **Decreto nº 542, de 24 de dezembro de 1935**. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-542-24-dezembro-1935-555656-publicacaooriginal-74987-pe.html>. Acesso em 15 de jun. 2023.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Getúlio Vargas: o estadista, a nação e a democracia. In: Pedro Paulo Zahluth Bastos, Pedro Cezar Dutra Fonseca. (Org.). **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora Unesp, 2012, v. 1, p. 93-120.

CABRAL, Ricardo Pereira. **Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 32, p. 09-26, 2020. Disponível em <https://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/navigator/article/view/1647/1595>. Acesso em 10 de mar. 2024.

CANO, Wilson. Getúlio Vargas e a formação e integração do mercado nacional. IN: **Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, 11., 2005, Salvador. Anais Eletrônicos, Salvador: Anpur, 2005, p. 1 – 15. Disponível em: <http://www.xienanpur.ufba.br/234.pdf>. Acesso em 22 de fev. 2024.

CASTRO, Iná Elias de. Geografia política: o que é afinal e para que serve? **Espaço & Geografia**, vol.24, n.2, p.1 – 26, 2021. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/espaoegeografia/article/view/40254/31297>. Acesso em 09 de dez. 2023.

CAVALCANTE NETO, João de Lira. **Getúlio 1930-1945: Do Governo Provisório à Ditadura do Estado Novo**. São Paulo: Schwarcz S.A, 2013.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

CORREIO PAULISTANO. **Saudação do Sr. Presidente da República aos Brasileiros**. São Paulo, 1 de janeiro de 1939. Disponível em https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_08&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=27356. Acesso em 15 de jan. 2024.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder**. São Paulo: EdUSP, 1992.

D'ARAÚJO, Maria. Celina.; MOURA, Gerson. O tratado comercial Brasil-EUA de 1935 e os interesses industriais brasileiros. **Revista de Ciência Política**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 55-73, 1978. Disponível em <https://periodicos.fgv.br/rcp/article/view/59815/58144>. Acesso em 16 de jan. 2024.

FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

GAMBINI, Roberto. **O Duplo Jogo de Getúlio Vargas**. São Paulo: Símbolo, 1977.

GIL, Natália. Analfabetismo da população brasileira nas análises de Giorgio Mortara sobre o censo de 1940. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, p.01 - 15, 2022. Disponível em <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/2059>. Acesso em 20 fev. 2024.

HOBBS, Thomas. **Leviathan**. Edição Eletrônica: the online library of liberty, 2004. Disponível em http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/Hobbes_Leviathan_1909.pdf.

MACKINDER, John. The geographical pivot of history. **Royal Geographical Society**, Londres, v.23, n.4, p.421-437, 1904. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/1775498>. Acesso em 25 de mar. 2024.

MAHAN, Alfred Thayer. **The Interest of America in Sea Power, Present and Future**. Londres, Sampson Low, Marston & Company, 1897. Disponível em <https://www.gutenberg.org/cache/epub/13529/pg13529-images.html>. Acesso em 05 de mar. 2024.

MAQUIAVEL, Nicolau. **The Prince**. Edição Eletrônica: Ridendo Castigat Mores, 2006. Disponível em <https://www.gutenberg.org/cache/epub/1232/pg1232-images.html>. Acesso em 30 de jan. 2024.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e Poder no Brasil**. Campinas, SP, Papirus, 1995.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Os Estudos Geopolíticos no Brasil: uma contribuição para sua avaliação. **Perspectivas**. São Paulo, v. 4, p.75-92, 1981. Disponível em <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1713>. Acesso em 21 de jan. 2024.

MORGENTHAU, Hans. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Universidade de Brasília, 2003.

MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MOURA, Gerson. **Relações Exteriores do Brasil 1939-1950**. Brasília: Funag, 2012.

MROS, Günther Richter. **Origens do paradigma desenvolvimentista: as contribuições de Oswaldo Aranha e dos militares (1931-1935)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília- DF.

PATARRA, Neide. Dinâmica populacional e urbanização no Brasil: o período pós-30. In: FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira: Economia e Cultura (1930 – 1964)**, Rio de Janeiro: Bertrand, 2007.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2011.

REVISTA, Brasileira de Geografia. Dados gerais do censo agrícola brasileiro de 1940. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.10, n.1, 1948. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1948_v10_n1.pdf. Acesso em 08 de abr. 2024.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil: 1750 – 2016**. Rio de Janeiro: Versal, 2017.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil de Getúlio Vargas a Castello Branco**. 1982

SILVA, Iliane Jesuina. **Estado e agricultura no primeiro governo Vargas (1930-1945)**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas – SP, p. 261, 2010. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1614292>. Acesso em: 25 mar. 2024.

SILVA, Ligia Osório. As leis agrárias e o latifúndio improdutivo. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v.11, n.2, 1997. Disponível em http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v11n02/v11n02_02.pdf. Acesso em 22 de fev. 2024.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SPYKMAN, Nicholas. Geographic Objectives of Foreign Policy I. **American Political Science Review**, Washington, v.33 n. 3, p. 391-410, Jun. 1939a. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/1948794>. Acesso em 12 de fev. 2024.

SPYKMAN, Nicholas. Geographic Objectives of Foreign Policy I. **American Political Science Review**, Washington, v.33, n.4, p. 591-614, ago. 1939b. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/1949493>. Acesso em 12 de fev. 2024.

SUZIGAN, Wilson. A Industrialização de São Paulo: 1930-1945. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 89-112, 1971. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/51>. Acesso em 09 de jul. 2020.

SZMRECSÁNYI, Tamás. O desenvolvimento da produção agropecuária (1930-1970). In: FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira: Economia e Cultura (1930 – 1964)**, Rio de Janeiro: Bertrand, 2007.

TUCÍDIDES. **História da guerra do Peloponeso**. São Paulo: Madamu, 2022.

WELCH, Cliford Andrew. Vargas e a reorganização da vida rural no Brasil (1930-1945). **Revista Brasileira de História**, v. 36, n. 71, p. 81–105, jan. 2016. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbh/a/Rq5WFdq66thgrvPMwvvqJd/>. Acesso em 09 de jan. 2024.

WIGHT, Martin. **A política do poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.